



REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE MÉRITO

Preâmbulo

Pretende a União de Freguesias de Cascais e Estoril, valorizar e premiar os estudantes que, através do seu investimento pessoal, direta ou indiretamente contribuíram para a promoção, fortalecimento e desenvolvimento da Freguesia. Esta medida de incentivo visa apoiar e potenciar o empenho nas atividades escolares e apoiar no ingresso ao Ensino Superior, dos estudantes da Freguesia.

Pretende ainda, premiar o mérito e ao mesmo tempo apoiar as famílias, com atribuição de uma bolsa, que tem como objetivo fazer face às despesas da sua vida académica, no ano de ingresso.

As Freguesias enquanto Autarquias Locais têm por objetivo primordial a prossecução dos interesses próprios e comuns da comunidade

As competências materiais legalmente atribuídas às Freguesias encontram-se previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que consagra entre outras matérias, o regime jurídico das Autarquias Locais.

A alínea t) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada, estabelece que compete à Junta de Freguesia, promover e executar projetos de intervenção comunitária nas áreas da ação social e cultural

Este diploma consagra ainda na alínea v) do mesmo preceito legal que

competem também à Junta de Freguesia, apoiar atividades de natureza social e educativa.

A atribuição de bolsas de estudo por mérito minimizará o esforço de muitas famílias e conferirão uma maior estabilidade psico-emocional ao estudante, de modo que possa prosseguir o seu percurso académico, numa perspetiva responsável.

Deste modo, esta Junta de Freguesia, no âmbito da sua ação social, educação e juventude, elaborou um Regulamento que regula a atribuição de bolsas de estudo por mérito a estudantes da Freguesia, com o objetivo de reduzir as dificuldades socioeconómicas e contribuir para a evolução pessoal e desenvolvimento educacional e ainda a elevação cultural na nossa Freguesia.

O presente Regulamento foi objeto de consulta pública.

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Normas habilitantes

O presente Regulamento é elaborado à luz das seguintes normas:

- a) N.º 7 do artigo 112.º e artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa;
- b) Alíneas v) e t) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- c) Artigos 96.º a 101.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro;
- d) Artigos 1.º a 15.º do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho.

Artigo 2.º

Objeto

O presente Regulamento estabelece as normas de atribuição de bolsas de estudo por mérito a estudantes residentes na União de Freguesia de Cascais e

Estoril, que transitam do ensino secundário para os estabelecimentos de ensino superior devidamente homologados, com vista à obtenção do grau académico de licenciatura ou curso técnico superior profissional.

Artigo 3.º

Âmbito

Encontram-se abrangidos pelo presente Regulamento, os estudantes que transitem de instituições do ensino secundário da freguesia para os estabelecimentos de ensino superior com aproveitamento escolar de 17 valores ou superior e que sejam residentes na União de Freguesias de Cascais e Estoril.

Artigo 4.º

Conceitos

Para efeitos do disposto no presente Regulamento, entende-se por:

- a) **Bolsa de estudo por mérito** - Prestação pecuniária complementar ao apoio económico concedido pelo estabelecimento de ensino superior, destinada a fazer face aos encargos do estudante durante a frequência do 1.º ano em Estabelecimento do Ensino Superior;
- b) **Estabelecimento de ensino superior** – É todo aquele que ministra cursos aos quais seja conferido o grau académico de licenciatura e curso técnico superior profissional;
- c) **Estabelecimento de ensino secundário** – É todo aquele que ministra e confere ao candidato o ensino secundário;
- d) **Curso técnico superior profissional** – Toda a formação ministrada por estabelecimento de ensino superior, com a duração mínima de 2 anos letivos, que não confere grau académico;
- e) **Agregado familiar** - Conjunto de pessoas que vivem com o requerente em economia comum;

Artigo 5.º

Valor da bolsa de estudo

- 1- O valor máximo da bolsa a atribuir ao candidato em que o seu agregado se encontre no 1.º, 2.º e 3.º escalão de IRS é de 100,00€ (cem euros) mensais.
- 2 - O valor da bolsa de estudo é atribuído durante 10 meses, durante a frequência do 1.º ano de ensino superior.

3 – No caso do agregado familiar do candidato, se encontrar num escalão de IRS superior ao 3.º, será atribuída a título de prémio, uma só prestação de 100,00 € (cem euros).

4 – As bolsas de estudo por mérito a atribuir são 20, nos termos do n.º 1, 2 e 3 do presente artigo, podendo vir o número de bolsas de mérito, ser aumentadas ou reduzidas em reunião de executivo de junta de freguesia.

5 – As bolsas de estudo por mérito a atribuir, dependem do valor da verba inscrita para o efeito, no orçamento da União de Freguesias de Cascais e Estoril, podendo a verba ser aumentada ou reduzida mediante deliberação da Junta de Freguesia.

Capítulo II

Atribuição de bolsa de estudo

Artigo 6.º

Apresentação das candidaturas

1 – A divulgação para a apresentação das candidaturas à concessão das bolsas de estudo por mérito, será feita através da publicação de anúncio ou edital:

- a) Órgãos de comunicação social de âmbito local e regional e,
- b) Através da afixação de editais nos locais habituais Junta de Freguesia.

2 – O período de candidatura para a concessão das bolsas de estudo por mérito decorre anualmente de 1 de Setembro a 31 de Outubro.

Artigo 7.º

Condições de atribuição das bolsas de estudo por mérito

1 - Constituem condições de acesso à candidatura para a atribuição de bolsa de estudo de ensino superior:

- a) Transitar para Estabelecimento de Ensino Superior, com média de 17 valores ou superior, de uma instituição de ensino secundário, pública ou privada da área geográfica da União de Freguesias de Cascais e Estoril.
- b) O agregado familiar ser residente na União de Freguesias de Cascais e Estoril
- c) Ter domicílio fiscal na União de Freguesias de Cascais e Estoril
- d) Não beneficiar de outro tipo de bolsa de estudo, atribuída por qualquer entidade.

Q L

e) Façam prova de estarem matriculados e inscritos em estabelecimento de ensino superior (público ou privado) em Portugal.

f) Apresentação de toda a documentação solicitada.

2 - Situações de doença ou outros casos de impedimento prolongado, devidamente comprovados, serão objeto de análise específica.

Artigo 8.º

Documentação a entregar

1— Os documentos de entrega obrigatória são:

a) Apresentação do Documento de Identificação

b) Fotocópia do cartão de estudante;

c) NIB/IBAN (número de identificação bancária);

d) Certificado de primeira matrícula do ano a que corresponder candidatura;

e) Atestado de residência permanente passado pela junta de freguesia a atestar que reside na freguesia

f) Certificado demonstrativo do aproveitamento escolar obtido, com classificação e média obtida no ensino secundário;

g) Declaração de honra em como não beneficia para o mesmo ano letivo de outra bolsa ou subsídio e da veracidade das informações prestadas.

h) Declaração dos serviços sociais do estabelecimento de ensino ou de outra entidade equiparada com o valor da bolsa de estudo atribuída;

i) Declaração e nota de liquidação do IRS do Agregado familiar

2— Nas situações de empate entre candidatos em que se justifique, devem os candidatos ainda apresentar:

a) Declaração da composição do agregado familiar passado pela junta de freguesia da área da sua residência;

b) Fotocópia da declaração de IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) e ou IRC (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas) para os sócios de empresas, de todos os membros do agregado familiar a viver em economia comum;

c) Documentos comprovativos dos rendimentos auferidos por cada elemento do agregado familiar passado pela entidade patronal ou pela Segurança Social, relativos aos últimos três meses anteriores à candidatura do aluno;

d) Declaração dos bens patrimoniais do agregado familiar, passada pela

repartição de finanças da área de residência;

e) Documentos comprovativos do subsídio de desemprego, do subsídio de doença e do rendimento social de inserção dos membros do agregado familiar;

f) Declaração anual das pensões auferidas do ano em que se candidata, de todos os membros do agregado familiar;

g) Documentos comprovativos de encargos com a habitação (renda, aquisição ou construção);

h) Documentos comprovativos de doença crónica ou prolongada, do candidato ou membro do agregado familiar de quem dependa economicamente, emitido pelo médico assistente, e documento comprovativo das despesas com a saúde.

4— A União de Freguesias de Cascais e Estoril reserva-se o direito de exigir, a título complementar, declarações do centro regional de segurança social (ou da entidade para a qual efetua descontos) de todos os membros do agregado familiar onde conste o histórico dos descontos efetuados e regularizados, ou comprovativo em como não estão inscritos.

Artigo 9.º

Critérios de seleção

Para a atribuição das bolsas de estudo por mérito serão consideradas como condições preferenciais, a média mais alta, sendo que em caso de igualdade, prevalecerá:

i) Menor rendimento *per capita* do agregado familiar;

ii) Famílias monoparentais, bem como famílias com elementos com deficiência;

Artigo 10.º

Apreciação das candidaturas

1 - A apreciação das candidaturas será efetuada por um júri, composto por 3 elementos nomeado por despacho do Presidente da União de Freguesias de Cascais e Estoril, tendo em conta o regime das incompatibilidades.

2 - Compete ao júri no prazo de 30 dias, após o terminus do prazo de apresentação de candidatura, apreciar as candidaturas, bem como elaborar as listas de candidatos admitidos e excluídos, as quais serão objeto de apreciação e deliberação em reunião de Junta de Freguesia.

3 - No período de apreciação das candidaturas poderá o júri, em caso de dúvida relativamente aos elementos/documentos apresentados efetuar diligências complementares que considere adequadas, no sentido de averiguar a veracidade dos mesmos, designadamente contactar o estabelecimento de ensino, efetuar visitas domiciliárias, solicitar pareceres da junta de freguesia, bem como outros meios julgados adequados.

4 - As admissões e não admissões terão que ser devidamente fundamentadas, assistindo aos candidatos o direito de reclamar, no prazo de 10 dias úteis, após a afixação das listas. As reclamações serão objeto de apreciação e decisão pela Junta de Freguesia.

Capítulo III

Forma do cálculo em caso de igualdade

Artigo 11.º

Cálculo do rendimento *per capita*

1 - Para efeitos do cálculo do rendimento *per capita*, ter-se-á em conta o rendimento bruto mensal de todos os rendimentos do agregado familiar, após dedução das importâncias a título de impostos, contribuições e despesas de saúde [devidamente comprovadas pelo médico de família e declaração da farmácia], transporte, livros técnicos e material específico dos estudantes, bem como os encargos anuais com a habitação do agregado familiar, acrescido das despesas de habitação nas situações em que o estudante esteja deslocado da sua residência;

2 - Para efeitos de apuramento do rendimento mensal *per capita* do agregado familiar são consideradas as seguintes categorias:

- a) Rendimentos de trabalho dependente;
- b) Rendimentos de trabalho empresariais e profissionais;
- c) Rendimentos de capitais;
- d) Rendimentos prediais;
- e) Pensões (Na pensão de alimentos só será considerado o valor da diferença acima dos 150 € por dependente);
- f) Prestações sociais (exceto as prestações por encargos familiares, por deficiência e por dependência);

Q - 1

g) Bolsas de formação (exceto subsídio de alimentação, transporte e alojamento);

h) Outros rendimentos, fixos ou variáveis.

3 - Consideram-se rendimentos de capitais, 5% do património mobiliário do valor total, designadamente juros de depósitos bancários, dividendos de ações ou rendimentos de outros ativos financeiros, em 31 de Dezembro do ano anterior.

4 - Consideram-se rendimentos prediais, 5% do somatório dos rendimentos provenientes de rendas auferidas e do valor patrimonial de todos os bens imóveis, com exceção da habitação permanente do requerente e respetivo agregado familiar, salvo se o valor patrimonial desta for superior a 600 vezes o valor do IAS, em que será considerado como rendimento o montante igual a 5% do valor que exceda aquele limite.

5 - Na determinação do rendimento *per capita*, serão deduzidas no rendimento do agregado familiar as importâncias a título de impostos, contribuições e despesas de saúde, devidamente comprovadas pelo médico de família e declaração da farmácia.

6 - Às candidaturas apresentadas por alunos oriundos de famílias em que pelo menos um dos elementos do agregado familiar tenha grau de deficiência igual ou superior a 60%, devidamente comprovada, será deduzido 20% ao rendimento bruto do agregado familiar.

7 - Às candidaturas apresentadas por alunos provenientes de famílias monoparentais será deduzido 20% ao rendimento bruto do agregado familiar para cálculo da capitação.

8 - Os encargos com despesas de habitação própria e permanente até ao montante de 2.095,00€ declaradas na declaração de IRS. Caso apresente declaração negativa de rendimentos, o valor a contabilizar será comprovado através de recibo atualizado de renda de casa ou de declaração da entidade financiadora do empréstimo para a aquisição de habitação própria.

9 - Os encargos com a renda dos estudantes deslocados, terão como dedução máxima 1.000,00 €, desde que devidamente comprovados.

10 - As despesas com o transporte público, livros técnicos e material específico do estudante, terão como dedução máxima 850,00 €, desde que devidamente

comprovadas. As despesas de transporte só serão deduzidas quando a residência do estudante distar mais de 30 Km do estabelecimento de ensino superior.

11 – Não obstante a diversidade de deduções previstas no presente artigo, as mesmas não podem ser objeto de acumulação.

Artigo 12.º

Fórmula de cálculo do rendimento *per capita*

1 - Para efeitos do disposto no presente Regulamento, a capitação do agregado familiar é calculada com base na seguinte fórmula:

$$RC = (R + AS - (C + I + H + T + S + L)) / (12 N)$$

Em que:

RC – Rendimento *per capita*;

R – Rendimento bruto mensal do agregado familiar;

AS – Total dos apoios sociais, auferidos por cada um dos elementos que compõem o agregado familiar, com a exceção dos subsídios de natureza escolar, prestações por encargos familiares, encargos no domínio da deficiência e encargos no domínio da dependência do subsistema de proteção familiar;

C – Total de contribuições;

I – Total de impostos;

H – Encargos mensais com a habitação do agregado familiar, acrescido das despesas de habitação nas situações em que o estudante esteja deslocado da sua residência;

T – Encargos mensais com o transporte público do estudante;

L – Livros técnicos e material específico;

S – Despesas de saúde do agregado familiar devidamente comprovadas pelo médico de família e declaração da farmácia;

N – Número de pessoas que compõem o agregado familiar.

Artigo 13.º

Fase de atribuição das bolsas de estudo por mérito

1 - A atribuição das bolsas decorrerá em uma fase, a fixar através de despacho do Presidente da Junta de Freguesia

2 - Cada fase terá uma verba proveniente da dotação orçamental inscrita para o efeito no orçamento do Freguesia.

3 - Através de editais nos lugares de estilo, bem como na página eletrónica da Freguesia (jf-cascaisestoril.pt/) é apresentada a lista de candidatos admitidos e excluídos.

Capítulo IV

Direitos e obrigações

Artigo 14.º

Obrigações dos bolseiros

Constituem obrigações dos bolseiros:

- a) Prestar os esclarecimentos, bem como fornecer os documentos que forem solicitados pela Junta de Freguesia no prazo fixado para o efeito;
- b) Participar no prazo de 15 dias úteis à Junta de Freguesia, todas as alterações ocorridas posteriormente à atribuição da bolsa de estudo por mérito, designadamente todas as situações que possam influir na continuidade da atribuição da bolsa;
- c) Usar da boa-fé em todas as declarações a prestar;
- d) Devolver as quantias indevidamente recebidas, designadamente as que excedam os limites impostos no presente Regulamento.

Artigo 15.º

Direitos dos bolseiros

Constituem direitos dos bolseiros receber integralmente as prestações relativas à bolsa atribuída, no prazo estabelecido para o efeito.

Capítulo V

Cessação da atribuição da bolsa

Artigo 16.º

Causas de cessação da bolsa de estudo por mérito

1 - Constituem causas de cessação da bolsa de estudo:

- a) A prestação por omissão, dolo ou inexatidão de falsas declarações à Junta de Freguesia;

- b) A apresentação de documentos falsos;
- c) A desistência de frequência do curso, salvo motivo de força maior devidamente comprovado;
- d) Mudança de residência para outra Freguesia;
- e) O incumprimento das obrigações previstas no artigo 14.º deste Regulamento.

2 - Nos casos a que se referem as alíneas a), b) e c) do número anterior, além da cessação da atribuição da bolsa, o bolseiro fica obrigado a restituir as quantias indevidamente recebidas.

Capítulo VII

Disposições finais

Artigo 17.º

Pagamento

1 - O pagamento da bolsa de estudo é efetuado diretamente ao bolseiro, através de transferência bancária, para a conta com o número de identificação bancária [IBAN] indicada aquando da apresentação da candidatura.

2 - A primeira prestação será preferencialmente paga através de cheque, na cerimónia de entrega de bolsas de estudo por mérito, a organizar pela Junta de Freguesia.

Artigo 18.º

Dúvidas e omissões

1 - Em tudo o que não estiver previsto neste Regulamento, aplicar-se-á a legislação em vigor que discipline esta matéria.

2 - As dúvidas e omissões que surjam quanto à interpretação e aplicação do presente Regulamento serão resolvidas mediante deliberação da Junta de Freguesia.

Artigo 19.º

Execução do Regulamento

O Presidente da Junta de Freguesia ou em quem se encontre delegada ou subdelegada a respetiva competência poderá proferir ordens e instruções que se tornem necessárias à boa execução do presente Regulamento.

Artigo 20.º

Revisão do Regulamento

O presente Regulamento poderá ser objeto de revisão por iniciativa da Junta de Freguesia ou quando se verificarem alterações que assim o determinem.

Artigo 21.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua aprovação em Assembleia de Freguesia.

Aprovado em
Reuniões de Assembleia
de Freguesia
29/09/2016

O Presidente

Pedro Morais Soares